



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATALAIA/AL

Processo: 00004706020128020040

INCIDENTE DE PRESCRIÇÃO:

Data Limite do Ajuizamento: 03/12/2011
Data do Ajuizamento: 26/04/2012

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro

DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A, empresa seguradora com sede à Av. Das Nações Unidas, 11.711 - 21º Andar - Brooklin Paulista - São Paulo - SP - CEP: 04578-000, inscrita no CNPJ sob o número 61.074.175/0001-38 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/02/1997**, restando permanentemente inválida.

A parte autora OMITE o fato de ter ingressado com o pedido administrativo, tendo recebido o valor conforme a legislação vigente.

Ressalta-se que a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na esfera administrativa, no importe de **R\$ 4.387,50 (QUATRO MIL E TREZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** sendo este valor correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada.

Repita-se que o pagamento administrativo realizado foi de acordo com percentual indenizável para as supostas lesões suportadas pela parte autora, segundo a graduação da repercussão sobre a importância máxima segurada, em total consonância com o parecer médico pericial.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO APÓS O PRAZO PRESCRICIONAL

Nota-se que no caso em epígrafe houve o requerimento administrativo com seu posterior pagamento após o prazo prescricional previsto no artigo 206, § 3º, IX, DO CC/2002, sendo imperioso ressaltar que tal ato constitui **mera liberalidade do devedor**, devendo pois prevalecer a prescrição da pretensão da parte autora em receber a suposta complementação^[3].

Isto por que, embora tal ato possa ensejar interpretação no sentido da interrupção da prescrição (art.202, VI do CC) ou a sua renúncia tácita (artigo 191 do CC)^[4] conforme a hipótese que se apresentar, importante ponderar as hipóteses da aplicabilidade do primeiro e o alcance do segundo, caso V.Exa. entenda aplicável ao caso concreto.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

No que tange à primeira hipótese, realizando-se simples interpretação lógico-dedutiva, constata-se que inviável se torna a interrupção do lapso consubstanciado no artigo 202, VI do CC[5], considerando a inviabilidade de ser interrompido prazo em que já foi exaurido em ocasião anterior, não havendo portanto maiores ilações acerca da citada norma.

Entretanto, caso se depreenda que por força do pagamento administrativo teria ocorrido a renúncia tácita ao direito de alegar a prescrição, adverte-se que esta, por ser uma exceção à regra geral, deve ser interpretada de forma restrita, fundamentado no artigo 114 do CC[6].

Desta forma, aplicando-se o citado artigo ao caso em tela, forçoso reconhecer que esta renúncia abrange somente a obrigação que foi liquidada administrativamente, não englobando portanto pretensão para fins de complementação nem tampouco pretensão de natureza diversa envolvendo o Seguro DPVAT decorrente do mesmo sinistro, tendo este debate inclusive já decidido nos Tribunais[7].

Ante todo o exposto, denota-se que, em que pese ter ocorrido o pagamento administrativo com o prazo prescricional já escoado, verifica-se que permanece prescrita a pretensão no sentido de sua complementação, inclusive referente a causas de pedir diversas decorrentes do mesmo sinistro, ensejando portanto a reforma da r. Sentença para que seja o pedido extinto na forma do artigo 487, II do CPC.

QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez^[8].

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

DO MÉRITO

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos. ^{fls. 55}

Com efeito, verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o **registro da ocorrência policial COMPLETO, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece a presente demanda seja julgada extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 4.387,50 (quatro mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 4.387,50 (quatro mil e trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO VALOR INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO DA ÉPOCA DO SINISTRO

ARTS. 3º, 'b' e 5º, §1º DA LEI Nº 6.194/74 EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL

A norma do art. 3º, "b", da Lei nº 6.194/74, prevê que a indenização por invalidez permanente, deverá ser em até 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Com efeito, a questão jurídica objeto da presente pode ser resumida à aplicação da Lei nº 6.194/74, com a redação antiga, antes da modificação imposta pela Lei nº 11.482/07 que, em caso em hipótese de invalidez permanente, prevê a indenização de até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País. Vejamos a redação do referido artigo:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b - até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salários mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente".

A contestante, embasada no texto da lei e na jurisprudência pacífica dessa e. Corte sobre a matéria, entende que deve ser aplicada a Lei nº 6.194/74, com a antiga, haja vista que resta incontroverso nos autos que o acidente ocorreu em **05/02/1997**.

Desse modo, nada justifica a aplicação indistinta da indenização em até R\$ 13.500,00, contrariando expressamente o texto da Lei em vigor à época do acidente, como se pode concluir de acordo com a inteligência do artigo 5º, §1º, da Lei 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. (...)

§1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente à época da ocorrência do sinistro, (...)

Diferente não é o entendimento deste E. Tribunal de Justiça:

Apelação Cível nº 2018.002211-1

Origem: Vara Única da Comarca de Santo Antônio/RN.

Apelante: Safra Seguros Gerais.

Advogados: Rostand Inácio dos Santos. (OAB/PE 22718) e outro.

Apelado: Manoel Aureliano dos Santos.

Advogados: Patricio Cândido Pereira. (OAB/RN 814-A) e outros.

Relator: Luiz Alberto Dantas Filho – Juiz Convocado.

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ARGUIÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE E AGIR. PRETENSÃO DE SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA. LEGITIMIDADE SOLIDÁRIA DE TODAS AS EMPRESAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO DPVAT. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR EM VIRTUDE DA FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DEMANDA DE ORIGEM AJUIZADA ANTES DE 03/09/2014. REQUISITO PRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO PELA SEGURADORA. PRETENSÃO RESISTIDA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL QUANTO À AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E A INVALIDEZ DA AUTORA. ALEGAÇÃO DE QUE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA NÃO COMPROVA O SINISTRO POIS EMITIDO TARDIAMENTE. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO NO MESMO DIA DO ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. **SINISTRO OCORRIDO ANTES DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 8.441/92. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO.** VEÍCULO NÃO EMPLACADO. IRRELEVÂNCIA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 6.194/74. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. LIMITE DE PAGAMENTO DE 20 SALÁRIOS MÍNIMOS QUANDO NÃO IDENTIFICADO O VEÍCULO ENVOLVIDO NO ACIDENTE. REDUÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO QUE SE IMPÕE. REFORMA DA SENTENÇA NESSE PONTO. **CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO SINISTRO.** RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Assim é notório que o art. 5º da lei nº. 6.194/74, é aplicável ao caso em apreço, a seguir transcrito “***A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, desmontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos***”, o qual **não** deixa dúvidas acerca do valor do salário mínimo a ser considerado.

Considerando o teor do artigo supramencionado, e os argumentos já expostos, **O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO DEVE SER ÀQUELE VIGENTE À ÉPOCA DO ACIDENTE.** Trazemos à colação a jurisprudência do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** abaixo ementada:

(RECURSO ESPECIAL Nº 930.307-RJ. RELATOR MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, 14.08.2007). CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DUT. DESNECESSIDADE. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.194/1974. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. **EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO.** INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. **RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO.** I. A comprovação do pagamento do prêmio do seguro obrigatório não é requisito para o pagamento da indenização. Precedentes. II. **A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso,** monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. **A jurisprudência está pacificada no sentido de que a Lei nº 8.441/1992 (que modificou a forma de cobrança e de indenização no seguro DPVAT) aplica-se a fatos ocorridos antes de sua vigência,** mesmo que falte documento (DUT) que só era exigido na legislação anterior. III. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação. IV. Os dissabores e aborrecimentos decorrentes da inadimplência contratual não são suficientes a ensejar a indenização por danos morais. V. **Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido.** (REsp 746087 / RJ - RECURSO ESPECIAL - 2005/0070188-5)

(REsp 788712 / RS - RECURSO ESPECIAL nº. 2005/0172001-7). CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. NULIDADE NÃO VERIFICADA. **SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT).** INDENIZAÇÃO LEGAL. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.194/1974, ART. 5º, § 1º. DATA DE APURAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. **EVENTO DANOSO.** I. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que enfrenta a controvérsia, porém com resultado desfavorável à pretensão da recorrente. II. **A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso,** monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. III. Recurso especial não conhecido. **Acórdão** - Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, não conhecer do recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros João Otávio de Noronha, Luis Felipe Salomão, Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP) e Fernando Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

RECURSO ESPECIAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO FIXADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS. ADOÇÃO DO SALÁRIO DA ÉPOCA DO FATO. DANO MORAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO: 1.Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja ementa ora se transcreve: (...) Em recurso especial, sustenta a recorrente que: a) "o valor do seguro obrigatório DPVAT é de 40 salários mínimos vigente à época da efetiva liquidação, o que não ocorreu no caso dos autos e; b) o não pagamento do seguro no prazo fixado enseja condenação em danos morais. Em síntese, é o relatório. 2. O recurso especial não merece prosperar. Inicialmente, quadra assinalar, que **ESTA CORTE JÁ POSSUI REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE O VALOR DO SEGURO DEVE CORRESPONDER À 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS, À ÉPOCA DO FATO (...).** 3. Ademais, quanto ao pedido de danos morais decorrente do não pagamento (...) 4. Diante do exposto, com fundamento no artigo 557, caput do Código de Processo Civil, nego provimento ao recurso especial. (RECURSO ESPECIAL Nº 930.307-RJ. RELATOR MINISTRO HÉLIO QUAGLIA BARBOSA - 14.08.2007. No mesmo sentido: (REsp 222.642/SP,Quarta Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 09.04.2001) e (REsp 222.642/SP,Quarta Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, DJ de 09.04.2001).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO - 0344619 – 56.2008.8.19.0001– AC – DPVAT – tudo (monocrática) - LM 8 (RECURSO ESPECIAL Nº 746.087 - RJ - RELATOR : MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR – julgado em 18 de maio de 2010). CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DUT. DESNECESSIDADE.

VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI N. 6.194/1974. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO. I. A comprovação do pagamento do prêmio do seguro obrigatório não é requisito para o pagamento da indenização. Precedentes. II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. III. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação. IV. Os dissabores e aborrecimentos decorrentes da inadimplência contratual não são suficientes a ensejar a indenização por danos morais. V. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido.

À vista disso, resta evidente que a fixação da indenização do DPVAT, na forma do art. 5º, §1º, da Lei n. 6.194/74, deve ocorrer com base no valor do salário mínimo vigente na data do sinistro, **corrigidos a partir daquela mesma data (sinistro)**, consoante art. 5º, § 1º da lei 6.194/74.

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁴, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁵.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁶

⁴“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIAÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁵“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁶art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ,

CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO, inscrito sob o nº 5624/AL, sob pena de nulidade das mesmas. fls. 61

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ATALAIA, 18 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AL 3564A

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
5624 - OAB/AL

QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AL 3564A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrita na OAB/AL sob o nº 5624 com escritório na RUA LADEIRA EUSTAQUIO GOMES MELO (LADEIRA DA CATEDRAL), N 67 SL. 101 CENTRO MACEI/AL- CEP: 27.051-300, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **ATALAIA**, nos autos do Processo nº 00004706020128020040.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



São Paulo (SP), 17 de março de 2020.

À
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - DPVAT

Prezados Senhores,


Em atenção a SUCOF 013 / 2020, ratificamos o pagamento com crédito em conta do favorecido abaixo, conforme dados verificados em nosso sistema.

Banco : 001
Agência : 0831
Conta : 010018569
Cliente : JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SI
Data pagamento: 03.12.2008
Valor : 4.387,50
Situação . . . : CREDITADO

Lancamento originado por:

Cod.cliente . . : 208100216
Agência : 1769
Conta : 000611000
Cliente : SEGURADORA LIDER
Remessa : 1634

BANCO DO BRASIL S.A
Middle Office Atacado SP



ANA CLAUDIA OLIVEIRA
Gerente de Relacionamento

Relatório de Auditoria

Invalidez

Sinistro: 2008/333727.- 2

Seg.: 6238/01 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS

CNIS

CADASTRO NACIONAL
Informações e Serviços

Data: 19/11/2008

Data Acidente: 05/02/97

Vítima: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cidade: ATALAIA-AL

Seguradora: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS - 6238/01

Ocorrência: INVALIDEZ PARCIAL - 2

Cidade: ATALAIA-AL

Requerente/Beneficiário: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Qualificação:

Procurador: N/C

Procuração:

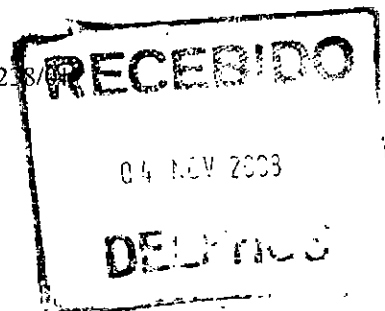
Cidade: -

Médico Assistente: AVELAR DE HOLANDA BARBOSA JUNIOR

Médico Avaliador: RAFAEL KENEDY DE OLIVEIRA

Analista: MARCELO DANTAS E SILVA

Perícia em Consultório



CRM: N/C

CRM: 3191/AL

Resultado da Auditoria

1 - Avaliação Médica

APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E ENCURTAMENTO DE 5.0 CM DO MESMO MEMBRO.

2 - Conclusão da Auditoria

RE-ANÁLISE - INVALIDEZ REDUZIDA.

TRATA-SE DE REANÁLISE. 1ª ANÁLISE VÍTIMA NÃO LOCALIZADA.

Membros	Pleiteado(%)	Avaliado(%)
- ENCURTAMENTO DE UM DOS MEMBROS INFERIORES. - DE 5 (CINCO) CENTÍMETROS OU MAIS.	(100,00 de 015,00)	(100,00 de 015,00)
- PERDA DO USO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO	(100,00 de 070,00)	(025,00 de 070,00)

TOTAL PLEITEADO: 85,00% - R\$ 11.475,00

TOTAL AVALIADO : 32,50% - R\$ 4.387,50

DT. PERÍCIA: 18/11/2008

Observação

DRA. DORES MARIA B. C. MENDES
RESP. TÉCNICA

=====

* Megadata Computacoes D.P.V.A.T. 08/09/2008 10:32:32 *

* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *

* DPV015T 1012 / DPV016P *

=====

***** CONSULTA POR NUMERO DO SINISTRO *****

NUMERO SINISTRO - 2008 / 333727 / 01 DEPENDENCIA 635

SEGURADORA - 6238 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

NOME DA VITIMA - JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

DT. NASCIMENTO - 29 / 04 / 1978 / DT. RATEIO - 00 / 00 / 0000

DT. SINISTRO - 05 / 02 / 1997 / DT. ATUALIZ. - 08 / 09 / 2008

NATUREZA - 2 SUB-JUDICE -

REGULACAO - 3

NOME RECEBEDOR -

=====

ENTER = CONTINUAR

PF03 = FIM

PF07 = VOLTA MENU



2008333727

PRADO CHAVES



9860487811091

Data - 08/09/08 - Carta 530477/08
27/10/08 - Sel 4/2 - 723531/08
09/12/08 - pag. 152604/08 - PMP

Atendimento Telefônico DPVAT:

De segunda à sexta-feira: das 8h às 18h

Telefone: (21) 4009-1709

**MAPFRE**
SEGUROSConsulta via Internet: www.dpvat.com.br

RIO DE JANEIRO, 31 de Outubro de 2008.

DVC/DPV/135536/2008

À
 SEGURADORA LÍDER - DPVAT
 RUA SENADOR DANTAS, Nº 74 / 9º ANDAR - CENTRO
 RIO DE JANEIRO RJ
 CEP: 20031201

A/C.: ANGELA MARIA DO AMPARO

SEGURO D.P.V.A.T.

REF: Documento Complementar recepcionado - Devolução de Processo

- Solicitamos especial atenção em agilizar a devolução com a máxima urgência do (s) processo(s) referente ao(s) sinistro(s) abaixo relacionado(s), uma vez que recepcionamos documentos complementares para o prosseguimento da regulação.
- Anexamos cópia da (s) correspondência (s) de envio do (s) processo(s) para sua ciência e demais providências.

Processo enviado para Líder no dia 28/10/2007 e documentação complementar recepcionada dia 30/10/2008.

N:Sinistro	N:Pasta	Nome da Vítima
2008333727	2008333727	JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cordialmente

JACQUELINE BATISTA DO NASCIMENTO
 (Analista de Seguros)

1

DEVOLVER A VIA PROTOCOLADA (1a. Via: Requerente / 2a. Via: Anexar ao Dossiê)

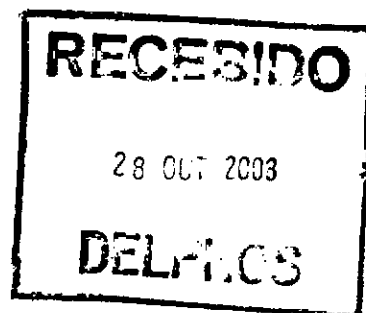
Analista: JBN - Tipo de Envio: CORREIO

CDP_01



1355362008

Numero da Carta.....: DVC/DPV/129531/2008
 Modelo da Carta.....: SOL_04
 Analista Responsavel...: MVPR
 Seguradora.....: MAPFRE SEGUROS



Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2008.

Ilmo(a). Sr(a).
 JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA
 SEGURO D.P.V.A.T.

CJP

REF: Solicitação de documentos/ Retorno da Seguradora Líder - DPVAT.

Informamos que recepcionamos o(s) sinistro(s) abaixo relacionado(s) devolvido(s) pela Seguradora Líder - DPVAT, que emitiu parecer condicionando apresentação do(s) documento(s) a seguir relacionados para o prosseguimento da regulação:

- Cópia do comprovante de residência da vítima, informando dados completos para envio da correspondência (CEP inclusive), informando que a(s) vítima(s) reside(m) naquele endereço, para realização da perícia médica pela Seguradora Líder.

Informamos a V.S^a que conforme relatório da área médica da Seguradora Líder, foi informado que a vítima não foi localizada para realização da perícia médica, no endereço informado no processo.

Desta forma, solicitamos a V.S^a a apresentação do documento acima, ou, a confirmação do endereço e, se possível, um número de telefone para contato.

Colocando-nos ao dispor de V.S^a para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, firmamo-nos.

Para que possamos agilizar a regulação do(s) sinistro(s), o(s) documento(s) solicitado(s) deve(m) ser capeado(s) por essa correspondência.

N.Sinistro	N.Pasta	Nome da Vítima
2008333727	2008333727	JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cordialmente

Analista de Seguros

[VOLTAR]

DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

EU Jackson Roberto de Medeiros Silva

Portador do CPF 008.215.464-30, declaro para os devidos fins que resido na Rua Jose Paulino Nº 36 Conjunto Caixa Econômica.

Bairro: Jose Paulino

Cidade: Atalaia

Estado: Alagoas

Cep 57.690-000

Referencia: Próximo ao Cemitério

Telefone para contato: (82) 9927-3403 / 9914-0377

Atalaia-AL, 21-10-08

Jackson Roberto de medeiros silva

Assinatura

ATENDIMENTO CIA ENERGETICA DE ALAGOAS

Fone: 0800 82 0196

www.ceal.com.br

fls. 72

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

144 - Ligação Gratuita de telefones fixos e
Tarifada na origem para telefones celulares

Para contato com a empresa,
Informe este número

Código Único

0335823-2



CIA ENERGETICA DE ALAGOAS

Endereço para Entrega

JOSE IVANILDO DA SILVA
PV JOSE PAULINO, S/N
JOSE PAULINO -
CEP 57.690-000 - ATALAIA

Vencimento: 09/10/2008

Corrida: 89 Rotelro de Leitura: 008.08.02.003560

Código Único: 0335823-2

01177307

408

Metas Anuais de DEC e FEC								
	DEC				FEC			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Conjunto de Unidades Consumidoras	27	27	27	26	28	26	26	24
Região de Distribuição de Arepiraca	19	19	19	18	26	23	23	21
Cidade de Arepiraca	28	28	28	27	26	25	24	23
Região de Distribuição de Delmiro Gouveia	19	19	19	18	16	16	16	15
Região de Distribuição de Maceió Tabuleiro	17	17	17	16	13	13	13	12
Região de Distribuição de Centro	15	15	15	14	14	14	14	13
Região de Distribuição de Pajuçara	27	27	26	25	33	26	25	24
Região de Distribuição de Matriz de Camaragibe	24	24	24	23	28	28	27	25
Região de Distribuição de Penedo	20	20	20	19	26	25	25	24
Região de Distribuição de Palmeira dos Índios	20	20	20	19	20	20	19	17
Região de Distribuição de Rio Largo	25	25	25	24	21	21	20	20
Região de Distribuição de Santana do Ipanema	19	19	19	18	16	16	15	15
Região de Distribuição de São Miguel dos	30	30	28	28	34	32	30	27
Região de Distribuição de União dos Palmares	Horas				Interrupções			

CONTRATO ESPECIAL

IIº 542/05

ECT/DR/AL X CEAL

...CORREIOS...

Prezado Cliente,

A CEAL, distribuidora de energia elétrica que atende o Estado de Alagoas, vai aplicar obrigatoriamente, além do orçamento previsto, mais de R\$ 4.654.180,04 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, cento e oitenta reais e quatro centavos) em obras na sua rede de distribuição. Ao realizar fiscalizações no período de 1º de janeiro de 2003 à 31 de dezembro de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)/Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (ARSAL) constatou que a CEAL não alcançou as determinadas metas relativas à Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), metas estas estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 507/2000 e nº 202/2005. Por essa razão, a CEAL estava passível de ser multada pela ANEEL.

Preocupada em sempre melhorar a qualidade do serviço prestado e o atendimento ao consumidor, a CEAL assumiu com a ANEEL/ARSAL o compromisso de reverter o montante da multa que seria aplicada, ainda este ano, em obras para melhoria dos indicadores de continuidade dos conjuntos violados. Por meio do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) Nº 005/2008, foram estabelecidos os prazos para o cumprimento das metas de DEC e FEC (Tabela apresentada acima) e o plano de investimento assumido tem o objetivo de reduzir o tempo de restabelecimento de energia, bem como, permitir a elevação dos índices de confiabilidade no sistema de distribuição. A CEAL apresentará para a ANEEL/ARSAL relatórios trimestrais para comprovar suas ações, que serão objeto de fiscalizações específicas.

Lembramos que conforme o disposto na Resolução da ANEEL nº 024/2000, a CEAL informa nas faturas de energia elétrica as metas dos padrões de continuidade individuais (DIC, FIC e DMIC), bem como os valores mensais verificados na última apuração e se houve violação. Caso ocorra violação, será creditada na próxima fatura de energia uma compensação calculada de acordo com a legislação vigente.

A Diretoria



Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 516590
Regime especial de Impressão autorizado pela Sec. de Fazenda

JOSE IVANILDO DA SILVA

PV JOSE PAULINO, S/N

JOSE PAULINO -

CEP 57.690-000 - ATALAIA

CPF 08764026434 RG 246775 SSP AL 07-11-97

CIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

AV FERNANDES LIMA, 3349
GRUTA DE LOURDES - MACEIÓ - AL

CEP: 57.057-900

CNPJ: 12.272.084/0001-00 IE: 24007177-8

Para contato com a empresa,
informe este número

Código Único

0335823-2

Emissão 26/09/2008	Data Leitura Anterior 18/08/2008	Data Leitura Atual 15/09/2008	Data Próxima Leitura 16/10/2008	Dias de Consumo 30	Apresentação 02/10/2008	Mês Faturado 09/2008
Cod. Fat. 1.1.1.1	Classe Residencial	Ligação Monofasica	Poste X 2 90 206	Forma Faturamento Normal	Motivo FD	Número FD
Consumo	Medidor 01177307	Leit. Atual 19002	Leit. Anterior 18908	Constante 1.00000	NPL 5	Cons. Medido 94
						Cons. Faturado 94

Histórico kWh	Composição da Tarifa	Itens Faturados	
08/2008 96	Distribuição 19,62	Consumo 94 kWh a 0,484877	45,57
07/2008 85	Energia 12,47	Contribuição de Iluminação Pública (COSIP)	7,66
06/2008 95	Transmissão 1,16	Pis - 0,49	
05/2008 142	Encargos 1,81	Cofins - 2,28	
04/2008 105	Tributos 10,51	Bonus Itaipu - Art. 21 Da Lei 10438/2002	-0,53
03/2008 80			
02/2008 67			
01/2008 92			
12/2007 105			
11/2007 76			
10/2007 96			
09/2007 76			

Média 3 meses 92

Histórico de Pagamento

Mês/Ano	FD	Vencimento	Valor Pagamento	Agente Arrecadador
08/2008	0	03/09/2008	50,91	27/08/2008 CAIXA - CEF - PILAR
07/2008	0	05/08/2008	46,75	05/08/2008 CAIXA - CEF - PILAR
06/2008	0	08/07/2008	50,50	30/07/2008 PAG FACIL -

Indicadores de Continuidade

Cj: 206 - REG RIO LARGO

Mês:07/2008	Meta	Realizado
DIC	29,00	0,00
FIC	17,00	0,00
DMIC	15,00	0,00
DEC	0,00	0,00
FEC	0,00	0,00

Ligue para 0800 82 0196 e faça opção de vencimento de sua conta 3 8 13 18 23 28
Tensão Contratada - 220V Faixa Adequada - 200,20 a 231,00V

Prezado cliente: leia importante informativo no verso desta conta de energia.

Base de Cálculo	Alíquota	Valor do ICMS
45,57	17,00	7,74

Reservado ao Fisco

9659.1759.E6E8.B401.1BD2.74C5.D242.A8D7

408



CIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS

Facilite sua vida! Evite filas e multas! Autorize o
débito de sua Conta de Luz em sua Conta Bancária.
Código para débito automático: 0335823-2

UC	Mês Faturado	No. FD	TC
03358232	09/2008	00	8

Vencimento

09/10/2008

Valor a Pagar

R\$ 52,70

83610000000 6 52700003000 9 00000000335 0 82320908008 9



Relatório de Auditoria

Invalidez

Sinistro: 2008/333727.- 2

Seg.: 6238/01 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS

CNIS

CADASTRO NACIONAL
Informações e Serviços

Data: 19/11/2008

Data Acidente: 05/02/97

Vítima: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cidade: ATALAIA-AL

Seguradora: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS - 6238/01

Ocorrência: INVALIDEZ PARCIAL - 2

Cidade: ATALAIA-AL

Requerente/Beneficiário: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Qualificação:

Procurador: N/C

Procuração:

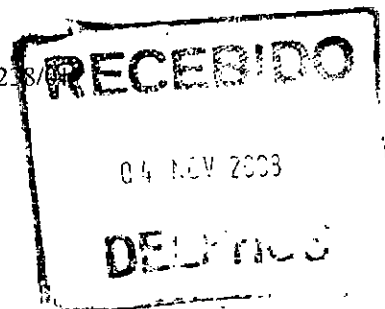
Cidade: -

Médico Assistente: AVELAR DE HOLANDA BARBOSA JUNIOR

Médico Avaliador: RAFAEL KENEDY DE OLIVEIRA

Analista: MARCELO DANTAS E SILVA

Perícia em Consultório



CRM: N/C

CRM: 3191/AL

Resultado da Auditoria

1 - Avaliação Médica

APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E ENCURTAMENTO DE 5.0 CM DO MESMO MEMBRO.

2 - Conclusão da Auditoria

RE-ANÁLISE - INVALIDEZ REDUZIDA.

TRATA-SE DE REANÁLISE. 1ª ANÁLISE VÍTIMA NÃO LOCALIZADA.

Membros	Pleiteado(%)	Avaliado(%)
- ENCURTAMENTO DE UM DOS MEMBROS INFERIORES. - DE 5 (CINCO) CENTÍMETROS OU MAIS.	(100,00 de 015,00)	(100,00 de 015,00)
- PERDA DO USO DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO	(100,00 de 070,00)	(025,00 de 070,00)

TOTAL PLEITEADO: 85,00% - R\$ 11.475,00

TOTAL AVALIADO : 32,50% - R\$ 4.387,50

DT. PERÍCIA: 18/11/2008

Observação

DRA. DORES MARIA B. C. MENDES
RESP. TÉCNICA

Seg/Reg: 11 - José Cruz , DelegadoSinistro nº 2008/333824

Relação de Documentos	Sim	Não	Deficiente
Boletim de Ocorrência			
Laudo do IML			
Certidão de Nascimento da vítima			
Certidão de Casamento da vítima			
Aut.de Pgto/Crédito de Indenização			
Documento de Identidade da vítima			
CPF da vítima			
Doc. de Identidade do beneficiário			
CPF do beneficiário			
Comp. de residência - beneficiário			
Curatela/Tutela e/ou Alvará			
DUT			
Procuração			
Documentos do procurador			
Comp. de residência - procurador			

PROCEDIMENTO

Proc. nº 100/

204598

/2008/

003

Prestador : (X) CNIS () MS () Visão Med. () Amorim e Mattos () Prontoclínica
 () Aval.IP (X) Reaval. IP () Legitimidade () Investigação

PROCEDIMENTO

Proc. nº 100/

/200 /

Prestador : () CNIS () MS () Visão Med. () Amorim e Mattos () Prontoclínica
 () Aval.IP () Reaval. IP () Legitimidade () Investigação

PROCEDIMENTO

Proc. nº 100/

/200 /

Prestador : () CNIS () MS () Visão Med. () Amorim e Mattos () Prontoclínica
 () Aval.IP () Reaval. IP () Legitimidade () Investigação

Obs.:

Reanálise

- BENEF. =

Liberado para pagamento ☐Devolvido/Faltando documentos ☐

Analista/Revisor: VERA CORDEIRO

Data: 6/11/08

Obs.: Esta planilha não deve ser retirada do processo

Numero da Carta.....: DVC/DPV/129531/2008
 Modelo da Carta.....: SOL_04
 Analista Responsavel...: MVPR
 Seguradora.....: MAPFRE SEGUROS

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2008

Ilmo(a). Sr(a).
 JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA
 SEGURO D.P.V.A.T.

REF: Solicitação de documentos/ Retorno da Seguradora Líder - DPVAT.

Informamos que recepcionamos o(s) sinistro(s) abaixo relacionado(s) devolvido(s) pela Seguradora Líder - DPVAT, que emitiu parecer condicionando apresentação do(s) documento(s) a seguir relacionados para o prosseguimento da regulação:

- Cópia do comprovante de residência da vítima, informando dados completos para envio da correspondência (CEP inclusive), informando que a(s) vítima(s) reside(m) naquele endereço, para realização da perícia médica pela Seguradora Líder.

Informamos a V.Sª que conforme relatório da área médica da Seguradora Líder, foi informado que a vítima não foi localizada para realização da perícia médica, no endereço informado no processo.

Desta forma, solicitamos a V.Sª a apresentação do documento acima, ou, a confirmação do endereço e, se possível, um número de telefone para contato.

Colocando-nos ao dispor de V.Sª para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, firmamo-nos.

Para que possamos agilizar a regulação do(s) sinistro(s), o(s) documento(s) solicitado(s) deve(m) ser capeado(s) por essa correspondência.

N.Sinistro	N.Pasta	Nome da Vitima
2008333727	2008333727	JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cordialmente

Analista de Seguros

 VOLTAR

ATENDIMENTO CIA ENERGETICA DE ALAGOAS

Fone: 0800 82 0196

www.ceal.com.br

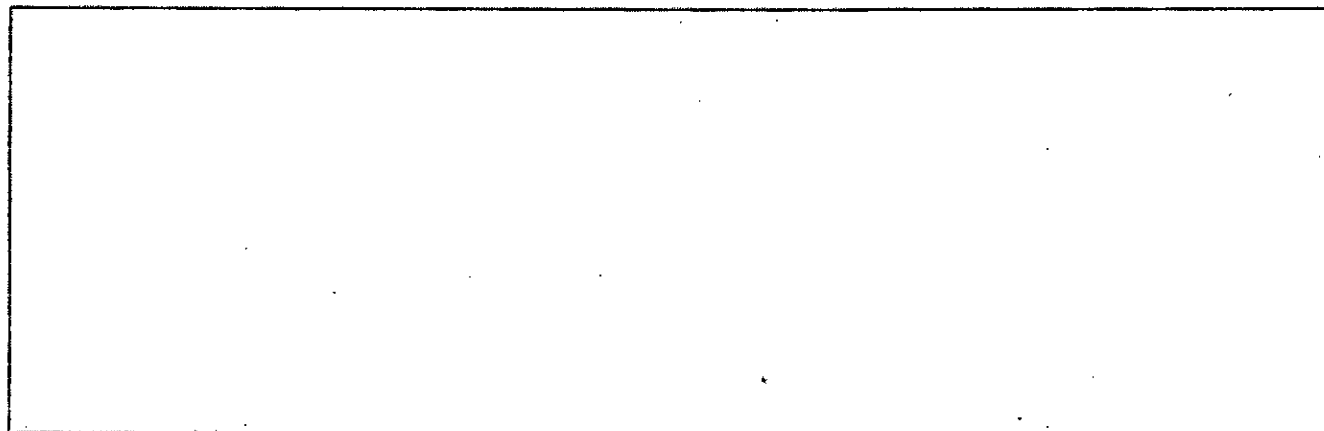
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

144 - Ligação Gratuita de telefones fixos e
Tarifada na origem para telefones celulares

Para contato com a empresa,
informe este número

Código Único

0335823-2



CIA ENERGETICA DE ALAGOAS

Endereço para Entrega

JOSE IVANILDO DA SILVA

PV JOSE PAULINO, S/N

JOSE PAULINO -

CEP 57.690-000 - ATALAIA

Vencimento: **09/10/2008**

Corrida: **89**

Roteiro de Leitura: **008.08.02.003560**

Código Único: **0335823-2**

01177307

408

Metas Anuais de DEC e FEC			CONTRATO ESPECIAL
	DEC	FEC	

DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

**EU __ Jackson Roberto de Medeiros Silva __
Portador do CPF __008.215.464-30, declaro para os devidos fins que
resido na Rua Jose Paulino N° 36 Conjunto Caixa Econômica.
Bairro: Jose Paulino
Cidade: Atalaia
Estado: Alagoas Cep_57.690-000
Referência: Próximo ao Cemitério
Telefone para contato: (82) 9927-3403 / 9914-0377**

Atalaia-AL, 71-10-08

Tackman Roberto de melchior Silva
Assinatura

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Tel 21 3861-4600 www.seguradoralider.com.br
R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



- 1 / 1 -

Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 06/10/2008
DPVAT/SIN - 46988/2008

Para: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

A/C: Delphos / Sr. Henrique Macieira

REF: DEVOLUÇÃO DE PROCESSO (S)

Devolvemos o (s) processo (s) abaixo, juntamente com relatório (s) de auditoria, para suas providências.

Sinistro(s)
2008/333727

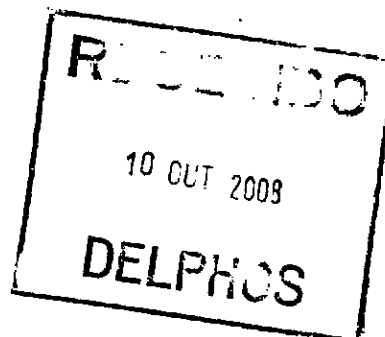
Atenciosamente

José Carlos Carvalho
Gerente de Sinistro

P- 100/204598/2008-002

DS

Anexo: conf. texto



Relatório de Auditoria**Invalidez****Sinistro: 2008/333727 - 1**

Seg.: 6238/01 - MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS

CNIS
CADASTRO NACIONAL
Informações e Serviços

Data: 03/10/2008

Data Acidente: 05/02/97

Prévia Médica

Vítima: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Cidade: ATALAIA-AL

Seguradora: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A./DELPHOS - 6238/01

Ocorrência: INVALIDEZ PARCIAL - 2

Cidade: ATALAIA-AL

Requerente/Beneficiário: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Qualificação:

Procurador: N/C

Procuração:

Cidade: -

Médico Assistente: AVELAR DE HOLANDA BARBOSA JUNIOR

CRM: N/C

Médico Avaliador:

CRM:

Analista: MARCELO DANTAS E SILVA

Resultado da Auditoria**1 - Avaliação Médica****2 - Conclusão da Auditoria****VÍTIMA NÃO LOCALIZADA.****TOTAL PLEITEADO: 0,00% - R\$ 0,00****TOTAL AVALIADO : 0,00% - R\$ 0,00****Observação****DRA. DORES MARIA B. C. MENDES**
RESP. TÉCNICA

AL

Seg/Reg: Mapu / Delphos

Sinistro nº 20081333424

PROCEDIMENTO	Proc. nº 100/ <u>204598</u> /2008/ <u>001</u>
Prestador : () CNIS () MS () Visão Med. (<input checked="" type="checkbox"/>) Amorim e Mattos () Prontoclinica	
(<input checked="" type="checkbox"/>) Aval.IP () Reaval. IP () Legitimidade () Investigação	

PROCEDIMENTO	Proc. nº 100/ <u>204598</u> /2008/ <u>02</u>
Prestador : (<input checked="" type="checkbox"/>) CNIS () MS () Visão Med. () Amorim e Mattos () Prontoclinica	
(<input checked="" type="checkbox"/>) Aval.IP () Reaval. IP () Legitimidade () Investigação	

PROCEDIMENTO	Proc. nº 100/ _____ /200 / _____
Prestador : () CNIS () MS () Visão Med. () Amorim e Mattos () Prontoclinica	
() Aval.IP () Reaval. IP () Legitimidade () Investigação	

Obs.:	Dt. Acid: / /
	Dt. Presc: / /
	Dt. IML/Alta: / /
- BENE. =	Dt. Reclamação: / /

Liberado para pagamento ☐ Devolvido/Faltando documentos ☐

Analista/Fabrica: Fernanda Marrast Data 11/09/2008

Obs.: Esta planilha não deve ser retirada do processo



PARECER MÉDICO

PRESTADORA: AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LTDA.			
NOME DA VÍTIMA: Jackson Roberto de Medeiros Silva			
NÚMERO DO SINISTRO: 08/333727	DATA DO ACIDENTE: 05/02/97	UF: AL	SEGURADORA: Mapfre

DIAGNÓSTICO:

Fratura exposta no fêmur e perna (E)

SEQÜELAS PERMANENTES:

VALOR PLEITEADO / PERCENTUAL:	VALOR AVALIADO / PERCENTUAL:	PERÍCIA MÉDICA: (X) SIM () NÃO () DOC. COMPLEMENTAR
-------------------------------	------------------------------	--

PARECER:

OBSERVAÇÕES:

15/09/08 DATA DA ANALISE	16/09/08 DATA DO ENCAMINHAMENTO	DR JOSÉ ARTUR F AMORIM CRM 1474-2 AMORIM E MATTOS ASSINATURA DO MÉDICO - CRM
-----------------------------	------------------------------------	---

PREENCHIMENTO NA SEGURADORA LÍDER:

____/____/____ DATA DE RECEBIMENTO	_____ ASSINATURA
---------------------------------------	---------------------

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/03/2020 às 14:52, sob o número WATL20700018069. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000470-60.2012.8.02.0040 e código 42848EC.

Nº do Sinistro

Seguro Obrigatório Dpvt - Protocolo de Recepção de Documentos

Nº do Protocolo

295952008

INVALIDEZ PERMANENTE**QUALIFICAÇÃO DO EVENTO**

Data do Acidente 05/02/97 Vítima

Jackson Roberto de medeiros Silva

CPF 008.215.464-30

Seguradora

Mapfre Seguros

QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome

☒ Vítima ☐ Representante Legal

Endereço para Correspondência

nº Complemento Bairro

Cidade

UF

CEP

Telefone para contato

Preencha com ☒ para documentação entreguePreencha com ☐ para documentação faltante**TIPO DE DOCUMENTO****DOCUMENTOS BÁSICOS**

- ☒ Registro da Ocorrência, expedido pela autoridade policial
- ☒ Identidade / RG ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou CTPS ou Carteira Nacional de Habilitação da vítima
- ☒ CPF da vítima
- ☒ Comprovante de residência da vítima
- ☒ Autorização de Pagamento / Crédito de Indenização (preencher modelo anexo)

2008-333797

Em caso de vítima com até 18 anos, também deverão ser apresentados os documentos pessoais do responsável legal.

DOCUMENTOS DA VÍTIMA

- ☒ Laudo do Instituto Médico Legal - IML, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima
- ☐ Na falta do laudo do IML, documento da Secretaria de Segurança Pública, informando a inexistência do IML na localidade do evento
- ☐ Termo de Ocorrência no caso de alteração mental
- ☐ Alvará Judicial (se for o caso)

REPRESENTANTE LEGAL - se houver

- ☐ Procuração
- ☐ Identidade / RG ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou CTPS ou Carteira Nacional de Habilitação do procurador
- ☐ CPF
- ☐ Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O processo de avaliação sobre o pagamento da indenização ou reembolso ocorrerá somente após a apresentação de todos os documentos e desde que eles estejam em conformidade com a legislação vigente, quando incidirá o prazo para pagamento da indenização, que é de até 30 dias.
- Se outros documentos forem solicitados, o prazo de 30 dias - previsto para pagamento - será interrompido.

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

Data 25/08/08

Nome Jackson Roberto de medeiros Silva

Identidade 1.306.690

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA☒ Documentação recebida sem conferência

Data 25/08/08

Nome Marcela

Identidade

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DE SINISTRO DPVAT

EU, Jackson Roberto de Medeiros Silva PORTADOR (A) DO
 RG Nº 1306690 EXPEDIDO POR Macaco/AL EM (DATA)
05/02/97 E CPF Nº 008.215.464-30 CNPJ
 Nº _____ NA QUALIDADE DE FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A) DO
 VALOR REFERENTE A INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT DA
 VÍTIMA Jackson Roberto de Medeiros Silva AUTORIZO A
 SEGURADORA Mapfre Seguros A EFETUAR O RESPECTIVO
 PAGAMENTO / CRÉDITO, DE ACORDO COM A FORMA ABAIXO INDICADA:

1. CRÉDITO EM CONTA CORRENTE

Nº BANCO _____ Nº AGÊNCIA _____ C/C _____

2. CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO BRADESCO

Nº BANCO 237 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

3. CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL

Nº BANCO 001 Nº AGÊNCIA 0831-1 C/P 18569-8

4. CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DO BANCO ITAÚ

Nº BANCO 341 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

5. CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nº BANCO 104 Nº AGÊNCIA _____ C/P _____

6. PAGAMENTO CONTRA-RECIBO (ORDEN DE PAGAMENTO) EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S/A

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO / CRÉDITO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SINISTRO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Macaco - AL 25/08/08
 LOCAL / DATA

Jackson Roberto de Medeiros Silva
 ASSINATURA DO FAVORECIDO (A) / BENEFICIÁRIO (A)

OBS. número conta
 alterado automaticamente
 em 16/08/08.
 27/10/08

Form containing vehicle registration data for two vehicles. Vehicle 1: M. BENZ (ONIBUS), CORURIBE-AL, owner CORURIBE TRANSPORTES LTDA. Vehicle 2: AGRAL (MOTO), LIMEIRA-SP, owner NELSON SACCHI. Includes fields for owner details, vehicle specifications, and a signature section at the bottom.

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 471 - Centro - Maracá - AL - CEP: 57.000-000

AL 25 A68-2008

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Célio Sarmento Pontes de Miranda
Tabela
Mariana Pontes de Miranda L. de Farias
Tabela Substituta
Edilma Ramalho
Escritório



Este documento é cópia original. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tj-al.sp.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000470-60.2012.8.02.0040 e código 42848EC.

RODOVIA BR316	TRECHO	QUILÔMETRO 0243 5	
MUNICÍPIO ATALAIA - ALAGOAS	DATA 050297	HORA DO ACID 1650	
VALORES GLOBAIS	Nº DE VEÍCULOS IDENTIFICADOS 02 NÃO IDENTIFIC. 00	Nº OCUPANTES 0003	Nº VITIMADOS 0002
NOME E Nº DO POLICIAL Lira Antonio Rosson Lira Silva Mat. 1073414	Nº DE FOLHAS B1 01 B2 04 B3 00		
TESTEMUNHA 1 NOME		OCUPAÇÃO PRINCIPAL	
ENDEREÇO (Rua, Nº, Apto, Município e U.F.)		IDENTIDADE (Nº e Órgão Emissor)	
TESTEMUNHA 2 NOME		OCUPAÇÃO PRINCIPAL	
ENDEREÇO (Rua, Nº, Apto, Município e U.F.)		IDENTIDADE (Nº e Órgão Emissor)	
DANOS A PROPRIEDADES DE TERCEIROS			
DANOS A PROPRIEDADES DO DNER SIM <input type="checkbox"/> 1 NÃO <input checked="" type="checkbox"/> 2			

CROQUIS

SIMBOLÓGIA

- AUTOMÓVEL
- ÔNIBUS OU CAMINHÃO
- TREM
- VEÍCULO DE 2 RODAS
- MARCHA À FRENTE
- MARCHA À RÉ
- PATINAGEM OU DERRAPAGEM
- CAPOTAGEM
- PEDESTRE
- ANIMAL
- OBJETO FIXO
- INCÊNDIO
- ANTES DA COLISÃO
- LOCAL DA COLISÃO
- DEPOIS DA COLISÃO

NARRATIVA

- VI AO VIRAR A ESQUERDA, COUIDU COM VR QUE TRAFEGAVA EM SENTIDO CONTRÁRIO.

Remoção Nº VÍTIMAS

REMOVIDO(S) PARA

HPS- MACEIÓ - AL (POR TERCEIROS)

Nº VÍTIMAS

REMOVIDO(S) PARA

DELEGACIA DE ENTREGA DO BOLETIM

ATALAIA - AL

ASSINATURA

Jair Lima do Nascimento

DATA

050297

OBSERVAÇÃO

- O condutor do VI evadiu-se do local

CERTIFICO que a presente cópia fotostática é de igual teor ao original exibido, do que dou fé.

Maceió AL

25 AGO. 2008

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.306.690 DATA DE EXPEDIÇÃO 05.02.1997

NOME Jackson Roberto de Medeiros Silva

FILIAÇÃO José Ivanildo da Silva
Nilva de Medeiros Silva

Maceió/AL 29.04.1978
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert.Nasc.nº6894, Fls.117V, Liv.A-8
DOC ORIGEM Atalaia /AL

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

T.S."O"POS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

Jackson Roberto de Medeiros Silva

JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em 21/06/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA

Nº de Inscrição 008215464-30

Data do Nascimento 29/04/78

República Federativa do Brasil



ALISTADO PELA
JSM ATALAIA-AL

Estado de Alagoas
Município de Atalaia
Comarca de Atalaia
Distrito de Atalaia

HILTON AGRA DE ALBUQUERQUE
Oficial do Registro Civil



Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, sob N.º 6894 a fls. 117.v
do livro N.º A-3 de Registro de Nascimento, encontra-se o assento de
Jackson Roberto de Medeiros Silva
Nascido a 129 (129) de 1978 de mil novecentos e
Setenta e oito (1978), às 17:40 horas, em Hospital Agn
Indústria de Máquinas - Alagoas
do sexo masculino filho de José Benedito da Silva e
Silvia de Medeiros Silva, naturais de Alagoas, cas-
dos neste cartório, agricultor e doméstica e residentes
em rua Juvenal - Atalaia - Alagoas.
São avós paternos Prisino Juvier da Silva
e dona Prisina Tenório da Silva
e avós maternos Perzeleto Medeiros Costa
e dona Graci Cordeira de Medeiros, falecida
tendo sido declarante o genitor
e testemunhas as que constam no termo

ALISTADO PELA
JSM ATALAIA-AL

Observações:

de 1979

O referido é Verdade e dou fé.

Atalaia, 13 de Agosto de 1987

Oficial do Registro Civil

DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

EU Jackson Roberto de medeiros Silva
Portador do CPF 008.215.464-30, declaro para os devidos
fins que resido na povoado Jose paulino s/n
Bairro Jose paulino
Cidade Atalaia
Estado Alagoas. Cep 57.690-000

Atalaia-AL, 25/08/08

x Jackson Roberto de medeiros Silva.
Assinatura

**CIA ENERGETICA DE ALAGOAS**

AV FERNANDES LIMA, 3349
GRUTA DE LOURDES - MACEIÓ - AL

CEP: 57.057-900

CNPJ: 12.272.084/0001-00 IE: 24007177-8

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 598643
Regime especial de Impressão autorizado pela Sec. de Fazenda

JOSE IVANILDO DA SILVA

PV JOSE PAULINO, S/N

JOSE PAULINO

CEP 57.690-000 ATALAIA

CPF 08764026434 RG 246775 SSP AL 07-11-97

Para contato com a empresa,
informe este número

Código Único

0335823-2

Emissão	Data Leitura Anterior	Data Leitura Atual	Data Próxima Leitura	Dias de Consumo	Apresentação	Mês Faturado
25/06/2008	15/05/2008	16/06/2008	16/07/2008	32	01/07/2008	06/2008
Cod. Fat.	Classe	Ligação	Posto	Forma Faturamento	Motivo FD	Número FD
111100	Residencial	Monofásica	XX 2 90 206	Normal		
Consumo	Medidor	Leit. Atual	Leit. Anterior	Constante NPL	Cons. Medido	Cons. Faturado
	01177307	18727	18632	1,00000 5	95	95

Histórico kWh	Composição da Tarifa	Itens Faturados	
05/2008 142	Distribuição 17,79	Consumo 95 kWh a 0,444372	42,21
04/2008 105	Energia 11,85	Contribuição de Iluminação Pública (COSIP)	6,76
03/2008 80	Transmissão 1,06	Multa Por Atraso 04/2008-00	1,08
02/2008 67	Encargos 1,79	Juros De Mora De Importe / Serviços 04/2008-00	0,45
01/2008 92	Tributos 9,72	Pis - 0,45	
12/2007 105		Cofins - 2,10	
11/2007 76			
10/2007 96			
09/2007 76			
08/2007 77			
07/2007 57			
06/2007 96			

Média 3 meses 109

REAVISO DE CONTA VENCIDA

Mês/Ano FD Vencimento Valor Prazo Corte
05/2008 05/11/06/2008 71,95 16/07/2008

Total de Contas Vencidas: R\$ 71,95

ATENÇÃO: As faturas acima relacionadas encontram-se sem quitação até esta data, sujeitando a suspensão de fornecimento de energia elétrica à essa unidade consumidora, a partir da data informada na coluna "Prazo Corte", conforme Art. 91 da Resolução ANEEL 456/2000. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do consumidor no SPC e SERASA. Caso já tenha efetuado o pagamento, desconsidere este comunicado.

Ligue para 0800 82 0196 e faça opção de vencimento de sua conta 3 8 13 18 23 28
Tensão Contratada - 220V Faixa Adequada - 200,20 a 228,80V

"As árvores e a energia elétrica podem conviver em harmonia. Colabore com a arborização da cidade."

Base de Cálculo 42,21 Alíquota 17,00 Valor do ICMS 7,17

Reservado ao Fisco

B351.9856.2664.3912.8770.0444.3D70.761A

Vencimento
08/07/2008

Valor a Pagar
R\$ 50,50

410



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES
INSTITUTO MÉDICO LEGAL ESTÁCIO DE LIMA

Pça. Afrânio Jorge, s/nº – Prado - Fones: 3315-2291 / 3315-3767



LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO
(LESÃO CORPORAL)
PROTOCOLO Nº 4592/2008

Aos 14 dias do mês de agosto do ano de agosto, nesta cidade de Maceió, pelas 14:40 horas, no INSTITUTO MÉDICO LEGAL ESTÁCIO DE LIMA, presente o perito médico legal Dr. AVELAR DE HOLANDA BARBOSA JÚNIOR, abaixo assinado, cumprindo determinação do Diretor do Instituto Médico Legal, e de acordo com o disposto na Lei 11.690 de 09/06/2008, para realizar o exame pericial em: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA, a fim de ser atendida ao Ofício de Nº 238/2008 – DELEGACIA DE POLÍCIA DE ATALAIA/AL, descrevendo, com verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar, bem assim, para responder aos seguintes quesitos: 1º - *Se há ofensa à integridade corporal ou a saúde do paciente;* 2º - *Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa;* 3º - *Se foi produzida com o emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou por meio insidioso ou cruel;* 4º - *Se resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função, ou aceleração de parto (resposta especificada);* 5º - *Se resultou incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade incurável, ou perda ou inutilização de membro, sentido ou função, ou deformidade permanente, ou aborto (resposta especificada).* Em consequência, passou a perita a fazer os exames e investigações que julgar necessário, findo os quais declarou o seguinte: exame pericial realizado em: JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA, alagoano, solteiro, autônomo, nascido em 29/04/1978, filho de José Ivanildo da Silva e de Nilva de Medeiros Silva, residente no Conj. Arnóbio de Melo, bairro José Paulino, Atalaia/Alagoas.

HISTÓRICO: Periciando informa que foi vítima de acidente automobilístico dia 05/02/1997.

EXAME MÉDICO: Constataram os peritos: Lesão incisa, cirúrgica, com 20 cm em face lateral da coxa esquerda; lesão incisa, cirúrgica em face lateral de perna esquerda. Apresenta relatório médico da Unidade de Emergência Dr. Armando Lages que informa: Paciente vítima de politraumatismo, apresentando fratura exposta de fêmur esquerdo e fratura exposta dos ossos da perna esquerda com perda de substância-óssea. Paciente submetido a tratamento cirúrgico, desenvolveu quadro de osteomielite. Periciando deambula com dificuldade, apresenta encurtamento significativo do membro inferior esquerdo e limitação dos movimentos do joelho e tornozelo esquerdo. Findo o exame pericial passou a perita a responder aos quesitos de lei:

Ao 1º: Sim.

Ao 2º: Instrumento Contundente.

Ao 3º: Não.

Ao 4º: Sim, incapacidade para ocupações habituais por mais de 30 dias, perigo de vida e debilidade permanente do membro inferior esquerdo. Não para os demais quesitos.

Ao 5º: Sim para deformidade permanente do membro inferior esquerdo (encurtamento). Não para os demais quesitos.

Nada mais havendo, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos peritos médicos legais. Eu, Ednalva Márcia Moura Ventura, no exercício do cargo de escrivã do Instituto Médico Legal, o digitei e assino

Aos 20 dias do mês de agosto de 2008.

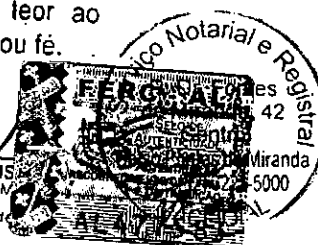
Dr. Avelar de Holanda Barbosa Júnior
Perito Médico Legal

1º SERVIÇO NOTARIAL
E REGISTRAL
Rua Dr. Luiz Pontes de Miranda, 42 - Lj. 1
Centro - Maceió - AL - Fone: 3324-5000

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática é de igual teor ao
original exibido, da que dou fé.

Maceió
AL 25 AGO. 2008

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
☐ Celso Sarmento Pontes de M
Tabelião
☐ Mariana Pontes de Miranda L. de
Tabelã Substituta
☐ Edilma Ramalho
Escrivente





ESTADO DE ALAGOAS
Secretaria Coord. De Justiça e Defesa Social
Departamento de Polícia do Interior – DEPIN
Delegacia de Polícia do 104º DP. de Atalaia/3ª Região

Ofício, nº. 238/2008- 104º DP.

Atalaia, 14 de agosto 2008.

Senhor Diretor,

Solicito a V.Sª, realizar exame de corpo de delito em JACKSON ROBERTO DE MEDEIROS SILVA, alagoano de Maceió, filho de José Ivanildo da Silva e Nilva de Medeiros Silva, Rg nº 1306690 SSP/AL, nascido em 29.04.1978, residente na Vila José Paulino nº 36, nesta cidade, o qual foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 05.02.1997, por volta das 16:20 horas, na Br 316, neste município. A vítima apresentou Boletim de ocorrência da PRF local, referente ao fato e necessita deste exame para receber o seguro obrigatório de acidente de trânsito.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Senhoria, protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


José Ailton C. de Almeida
Delegado de Polícia

Ao Ilmº. Sr.
Diretor do IML -
Maceió - Alagoas

Sec. de Estado de Defesa Social
IML
Recebido em 14.08.08
Func. do IML



SESAU - SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

RELATÓRIO MÉDICO

PACIENTE: Jackson Roberto de Medeiros Silva

D.N./IDADE: 29/04/1978

PRONTUÁRIO: 12676

DATA DO ATENDIMENTO: 05/02/1997

HORA: 18:29h

ALTA: 03/08/08

TRANSFERENCIA:

DIAGNÓSTICO: • Politraumatismo.

TRATAMENTO: • Cirúrgico.

ACHADO:

- Fratura exposta do fêmur esquerdo.
- Fratura exposta dos ossos da perna esquerda com perda de substância óssea.

CONDUTA:

- Avaliação cirúrgica e ortopédica.
- Limpeza mecânica-cirúrgica dos focos de fraturas.
- Desbridamento Cirúrgico das lesões.
- Redução cirúrgica das fraturas com fixação externa.
- Cuidados pós-operatórios.

OBS.: Paciente atendido pela equipe médica desta Unidade de Emergência através do Sistema Único de Saúde.

OBS.: Relato as informações constantes no prontuário.

Maceió, 13 de Agosto de 2008.

João Carlos Machado Lishor
 Médico
 CRM 1458 - Mat. 2211



SESAU - SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
UNIDADE DE EMERGÊNCIA Dr. ARMANDO LAGES

DECLARAÇÃO

Declaro que o (a) Sr.(a) **Jacson Roberto de Medeiros Silva**, esteve interno (a) nesta Unidade de Emergência de Maceió, durante o período de **05/02/97 a 07/02/97**, com entrada às **18h:29min.** conforme assentamento constante no prontuário **nº 12676**.

Os dias de afastamento de suas atividades, porventura necessários, deverão ser fornecidos através de atestado médico a ser emitido pelo profissional que der continuidade ao tratamento.

OBS.: Paciente atendido pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

C.I.D.: *T01*

Maceió, 13 de agosto de 2008.

Médico responsável pelo preenchimento

João Carlos Machado Lisboa
João Carlos Machado Lisboa
Médico
CRM 1458 - Mat. 2211

FUNDAÇÃO GOVERNADOR
LAMENHA FILHO
UNIDADE DE EMERGÊNCIA DE
REGISTRO DE PA

fls. 95

NOME Jaekson

SEXO M IDADE 18 COR BRANCO E.C.T. --- PROF ---

RESIDÊNCIA col. Da Caixa Econômica Atalaia

TRAZIDO POR: --- PROCEDÊNCIA ---

PREENCHER OS DADOS ABAIXO

DIA DE INTERNAÇÃO 05/02/97

PERMANÊNCIA --- DIAS

ALTA PARA O DIA ---

NATUREZA

☐

ACIDENTE DE TRÂNSITO

☐

TENTATIVA DE SUICÍDIO

DA

☐

ACIDENTE DE TRABALHO

☐

AGRESSÃO

OCCORRÊNCIA

☐

ACIDENTE CASUAL

☐

DESCONHECIDA

Certifico que a presente cópia
Confere com o original.
O referido é verdade. Dou fé
Maceió/AL 14/08/08

HORA DO ATENDIMENTO: ÀS 18:30 CLÍNICA ---

ANTECEDENTES ALÉRGICOS A: ---

HISTÓRIA DA DOENÇA
ATUAL: ---

NÃO EXISTENTE

Vera Maria Rodrigues Araújo
Resp. p/ Setor da Secretaria/UE
Mat. 1336-6

SINAIS VITAIS: PULSO --- TEMP. --- PA --- MUCOSAS corada

EM CASO DE POLITRAUMATIZAÇÃO: PUPILAS reagindo TIPO DE VÔMITOS ---

☐ TCE ABERTO

☒ LÚCIDO

☐ OTORRAGIA

☐ TCE FECHADO

☐ SONOLENTO

☐ HEMATOMA

☐ ABDOME AGUDO

☐ CONFUSO

☐ CRISES CONVULSIVAS

☐ FRATURA EXPOSTA

☐ COMATOSO

☐ OUTROS DADOS ---

EXAME FÍSICOS exame físico, ocular, etc. Glasgow 15

coluna cervical estável torax estável. Rds -
uma flama flama pedalar. Pelva estável
Tratado exposto punco e coxa exp.

DIAGNÓSTICO PROVÁVEL: Polid. fr. múltiplos

FEITO RELATÓRIO

EM 13/08/08 ACADÊMICO

REGISTRANTE ---

MÉDICO/ODONTÓLOGO CRM/CRO

☐ ECMAL

☐ UFAL

S. Gráfico/Impulso 1460-28

EVOLUÇÃO/PRESCRIÇÃO INICIAL

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

HORA	DATA	MEDICAÇÃO
	1/1	

JUSTIFICATIVA DA PRORROGAÇÃO

SOLICITADA AVALIAÇÃO DO: Refopedi

EM CASO DE PERMANÊNCIA HOSPITALAR

DESTINO: ☐ SALA DE OBSERVAÇÃO ☒ INTERNAÇÃO (LOCAL)
☒ CENTRO CIRÚRGICO
☐ TRANSFERIDO PARA: _____

CONDIÇÕES DE ALTA: ☐ CURADO ☐ MELHORADO ☐ INALTERADO
☐ RECUSOU-SE AO TRATAMENTO ☐ ALTA A PEDIDO ☐ ABANDONOU O HOSPITAL
☐ ÓBITO DATA ____/____/____ HORA _____

DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: _____

ASSISTENTE SOCIAL _____ MÉDICO/ODONTÓLOGO RESPONSÁVEL CRM/CRO _____
 MACEIO ____/____/____ HORA ÀS _____

XIMENES E MACIEL LTDA

ORTOMED

FONE: (082) 325-2822 FAX: (082) 235-2357

 RUA D. Nº 235 CONJUNTO JACARECICA JACARECICA
 MACEIO - AL/CEP: 57.033-070
 FONE: (082) 325-2822 FAX: (082) 235-2357
 C.G.C.: 41.171.828/0001-90
 Insc. Est. 24.081.307-3

DATA: 05/02/97

COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ORTESES, PROTESES E MATERIAIS ESPACIAIS

Paciente: Jackson Roberto de Medeiros

Convênio: SUX Nº AIH: Nº Prontuário: 42.676

Data da Cirurgia: 05/02/97

Cirurgião: Dr. Julian CRM:

Código	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Quant.	Código	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Quant.
	Dreno de Succiad, 4,04				

Nome do Hospital:

Endereço:

Cidade:

Insc. Estadual:

 ASSINATURA: Sandra
 CARGO:

NOME	IDADE	PRONTUÁRIO	
Pac K sou Dorbert de mede			
DATA	HORA	RELATÓRIO DE ENFERMAGEM	ASSINATURA
06/01/97	2400	Pae af mihdo vender do so	Pur Gende
.	2400	Keflin 1g amp EV	Lr
.	2400	Voltam. 75 amp EM	L1
.	2400	Movalguis, amp, EV	
.	2400	Setonobelin amp EM.	L1
.	5.00	S. Ringer 500 —	Sper...
.	6.00	Keflin 1g EV	Sper...
6-2	8.20	S.F 91. 300 ml EV	luis
.		Rox. am... benzilica, ...	ma
.	1600	Soro Ringer 500 lps EV	ma
.	1600	Keflin 3g amp EV	mama
06/02	22	Sol. Ringer. 500 — g.	Anhe
.	22	Keflin 1g amp.	
07/02	04	Keflin 1g amp.	Anhe
.	22	Sol. Ringer 500 — g.	
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.			
.	</		

UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO CASTRO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO e www2.tjal.jus.br, protocolado em 26/03/2020 às 14:52, sob o número WATL20700018069 Para conferir o original, acesse o site <https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0000470-60.2012.8.02.0040 e código 42848EC.

PRESCRIÇÃO - U.T.I.

Nome: _____

PRESCRIÇÃO

Idade:

Prontuario

Observation

Order	Date	Particulars	Amount
1	1/1/19
2	1/2/19
3	1/3/19
4	1/4/19
5	1/5/19
6	1/6/19
7	1/7/19
8	1/8/19
9	1/9/19
10	1/10/19
11	1/11/19
12	1/12/19
13	1/13/19
14	1/14/19
15	1/15/19
16	1/16/19
17	1/17/19
18	1/18/19
19	1/19/19
20	1/20/19
21	1/21/19
22	1/22/19
23	1/23/19
24	1/24/19
25	1/25/19
26	1/26/19
27	1/27/19
28	1/28/19
29	1/29/19
30	1/30/19
31	1/31/19
32	2/1/19
33	2/2/19
34	2/3/19
35	2/4/19
36	2/5/19
37	2/6/19
38	2/7/19
39	2/8/19
40	2/9/19
41	2/10/19
42	2/11/19
43	2/12/19
44	2/13/19
45	2/14/19
46	2/15/19
47	2/16/19
48	2/17/19
49	2/18/19
50	2/19/19
51	2/20/19
52	2/21/19
53	2/22/19
54	2/23/19
55	2/24/19
56	2/25/19
57	2/26/19
58	2/27/19
59	2/28/19
60	2/29/19
61	2/30/19
62	3/1/19
63	3/2/19
64	3/3/19
65	3/4/19
66	3/5/19
67	3/6/19
68	3/7/19
69	3/8/19
70	3/9/19
71	3/10/19
72	3/11/19
73	3/12/19
74	3/13/19
75	3/14/19
76	3/15/19
77	3/16/19
78	3/17/19
79	3/18/19
80	3/19/19
81	3/20/19
82	3/21/19
83	3/22/19
84	3/23/19
85	3/24/19
86	3/25/19
87	3/26/19
88	3/27/19
89	3/28/19
90	3/29/19
91	3/30/19
92	3/31/19
93	4/1/19
94	4/2/19
95	4/3/19
96	4/4/19
97	4/5/19
98	4/6/19
99	4/7/19
100	4/8/19
101	4/9/19
102	4/10/19
1			

7250

[illegible]

②	link	500
③	link	500
④	link	500
⑤	link	500
⑥	link	500
⑦	link	500
⑧	link	500
⑨	link	500
⑩	link	500
⑪	link	500
⑫	link	500
⑬	link	500
⑭	link	500
⑮	link	500
⑯	link	500
⑰	link	500
⑱	link	500
⑲	link	500
⑳	link	500
㉑	link	500
㉒	link	500
㉓	link	500
㉔	link	500
㉕	link	500
㉖	link	500
㉗	link	500
㉘	link	500
㉙	link	500
㉚	link	500
㉛	link	500
㉜	link	500
㉝	link	500
㉞	link	500
㉟	link	500
㊱	link	500
㊲	link	500
㊳	link	500
㊴	link	500
㊵	link	500
㊶	link	500
㊷	link	500
㊸	link	500
㊹	link	500
㊺	link	500
㊻	link	500
㊼	link	500
㊽	link	500
㊾	link	500
㊿	link	500

3) Val. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 84

date	time	location	notes
1/10/20	15:00	camp. 1.4. (Miles)	de 122 - 1200000

Novel time: 1 hour + 5 min

sta de 6/04

~~unobdono~~

③ Exercice: Unité: 1 m, 1 s, 1 kg, 1 N

Love & Jenile Noor Daula

an
oudele de D. Van der St.

1

~~To~~ Dennis Post

	S. Gráfico/Fungia
--	-------------------

MOD. 70-

S. Gráfico/Funglar



FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO - FUNGLAF
UNIÃO DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO LAGES

Nº _____

FOLHA DE ANESTESIA

INPS - SAM		Hospital		Enfermaria	Leito	Nº do Prontuário																		
FOLHA DE ANESTESIA		Nome		Mão		Sexo	Cor																	
DATA	Pressão Arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Altura																		
05/09/97	100/60	80																						
Tipo Sanguíneo	Hematócrito	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Uréia	Outros																		
	Urina																							
Ap. Respiratório					Asma		Bronquite																	
Ap. Circulatório					Eletrocardiograma																			
Ap. Digestivo			Dentes	Pescoço	Ap. Urinário																			
Estado Mental			Ataráxicos	Corticoides	Alergia		Hipotensores																	
Diagnóstico pré-operatório					Estado Físico		Riscos																	
Anestesias Anteriores					Asa-IF																			
Medicação Pré Anestésica				Aplicada às	Efeito																			
2000 2000h																								
Agentes Anestésicos	<table border="1"> <tr> <td>01</td> <td colspan="16"></td> </tr> </table>							01																
01																								
Líquidos																								
CÓDIGO	<table border="1"> <tr> <td>30</td><td>45</td><td>60</td><td>75</td><td>90</td><td>105</td><td>120</td><td>135</td><td>150</td><td>165</td><td>180</td> </tr> </table>							30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180						
30	45	60	75	90	105	120	135	150	165	180														
P. Arterial	<table border="1"> <tr> <td>260</td><td>240</td><td>220</td><td>200</td><td>180</td><td>160</td><td>140</td><td>120</td><td>100</td><td>80</td><td>60</td><td>40</td><td>20</td> </tr> </table>							260	240	220	200	180	160	140	120	100	80	60	40	20				
260	240	220	200	180	160	140	120	100	80	60	40	20												
Simbolos e Anotações																								
Posição																								
Agentes	Raguarantes e Lsh																							
Técnica	Debridamento + Anestesia local																							
Operação	Debridamento + Anestesia local																							
Cirurgião	Dr. Roque Nôriano (voluntário)																							
Anestesistas	E																							
OBSERVAÇÕES																								
Anotar, no verso, as Complicações Pré-Operatórias, Operatórias e Pós-Operatórias					Perda Sanguínea																			

MOD. 224



FUNDAÇÃO GOVERNADOR LAMENHA FILHO - FUNGLAF
UNIDADE DE EMERGÊNCIA DR. ARMANDO LAGES

BOLETIM OPERATÓRIO

Nome: Jansen Roberto de Medeiros Idade: _____
Nº Registro: _____ Data Operação: 05/08/97 Hora: 21:00
Hora Início Operação: _____ Hora Término Operação: _____

DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO ATO OPERATÓRIO

VIA DE ACESSO: As meninges das lesões.

OUTRAS:

ACHADOS:

- Fratura exposta do fêmur E
- Fratura exposta dos ossos da perna
- E c/ pedaço de substância óssea

CONDUTA:

- limpeza mecânica - cirúrgica + desbrida-
mento + lavagem extensiva c/
SF + fixação externa de fratura
do fêmur E + colocação de drenos
de aspiração (6,4) + teste permeabilidade
MI

Médico

João Alencar

Médico-Auxiliar

Médico Anestesiista

Acadêmico

Logo
Paula + Carlos Eduardo

[Assinatura]
Ass. Responsável Cirurgia - CRM

MOD. 66